

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli  
(organizador)

EDITORA



**UnB**



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli  
(organizador)



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia

**Coordenação de produção editorial** : Equipe editorial  
**Preparação e revisão** : Luciana Lins Camello Galvão  
**Projeto gráfico** : Angela Gasperin Martinazzo  
**Diagramação** : Wladimir de Andrade Oliveira  
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: www.editora.unb.br  
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada ou  
reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do  
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

T578 Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira /  
Reginaldo Ghiraldelli (organizador). – Brasília : Editora  
Universidade de Brasília, 2021.  
268 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-016-9

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Direitos sociais. 3. Política social. 4. Desigualdade social. I. Ghiraldelli, Reginaldo (org.). II. Série.

CDU 331(81)

---

# Sumário

## **Prefácio 9**

## **Apresentação 17**

Reginaldo Ghiraldelli

## Capítulo 1

### **Trabalho, contrarreformas e (des)proteção social no Brasil 27**

Reginaldo Ghiraldelli

#### Introdução 27

1. O Brasil nos tempos neoliberais e as mudanças nas relações de trabalho 32
2. A construção contraditória dos direitos sociais no Brasil: crises, contrarreformas e retrocessos sociais 37
3. A Contrarreforma Trabalhista e a dilapidação dos direitos sociais 47

Considerações finais 52

## Capítulo 2

### **Classe trabalhadora, novo sindicalismo e autoemancipação 61**

Michelly Ferreira Monteiro Elias

#### Introdução 61

1. O avanço das lutas da classe trabalhadora no período de esgotamento da ditadura civil-militar e a formação do novo sindicalismo 64
2. O significado político do novo sindicalismo para as lutas da classe trabalhadora brasileira 73
3. O novo sindicalismo frente à perspectiva da autoemancipação da classe trabalhadora brasileira 78

Considerações finais 83

## Capítulo 3

### **O trabalho temporário no Estado capitalista 87**

Eduardo Augusto Rodrigues Barros

Introdução **87**

1. O trabalho temporário no capitalismo **89**
  2. O trabalho temporário nos serviços privados e públicos no Brasil **91**
  3. O contrato temporário na carreira socioeducativa do DF e sua precarização **96**
- Considerações finais **115**

## Capítulo 4

### **A participação social no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora 125**

Natália Pereira Caixeta

Introdução **125**

1. Precarização estrutural do trabalho e rebatimentos na organização da classe trabalhadora **127**
  2. Percurso teórico-metodológico e controle democrático no campo da saúde do(a) trabalhador(a) **130**
  3. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) **149**
- Considerações finais **152**

## Capítulo 5

### **A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social 159**

Renata Maria da Conceição Freitas

Introdução **159**

1. Contextualização sócio-histórica da Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social **163**
  2. A Institucionalização da Educação Permanente **177**
- Considerações finais **192**

## Capítulo 6

### **As multifaces do trabalho precário no Sistema Único de Assistência Social 201**

Regiane Cota e Rocha

Introdução **201**

1. Considerações sobre as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) **208**

2. Condições de trabalho no Suas sob a ótica dos trabalhadores **211**

Considerações finais **224**

## Capítulo 7

### **Ações profissionais e condições de trabalho de assistentes sociais na Atenção Primária à Saúde 231**

Andreia de Oliveira

Reginaldo Ghiraldelli

Introdução **231**

1. Serviço Social, Saúde e Atenção Primária à Saúde **239**

2. O percurso metodológico-investigativo e a aproximação ao cotidiano de trabalho de assistentes sociais **243**

Considerações finais **260**

### **Sobre os autores e as autoras 265**





# 2

Capítulo 2

## Classe trabalhadora, novo sindicalismo e autoemancipação

Michelly Ferreira Monteiro Elias  
Universidade de Brasília (UnB)  
michellyelias@unb.br

### Introdução

Este texto reflete sobre alguns dos principais enfrentamentos da classe trabalhadora brasileira no contexto do desafio histórico da sua autoemancipação, a partir da experiência do *novo sindicalismo* das décadas de 1970 e 1980.

As reflexões aqui apresentadas são parte dos estudos desenvolvidos durante pesquisa de tese de doutorado realizada entre 2014 e 2018.

Os estudos conduzidos nesse percurso, sobre os fundamentos da teoria da revolução em Marx e sobre as particularidades da formação social brasileira, nos levaram à constatação de que a teoria da revolução em Marx, que aponta a possibilidade histórica da autoemancipação da classe trabalhadora na sociedade burguesa, permanece atual, possuindo



uma relação dialética com as suas experiências de luta. Frente à complexidade alcançada pelas lutas de classes na fase imperialista do capital, principalmente desde o início da reestruturação produtiva em nível internacional, essa classe tem enfrentado desafios cada vez mais complexos e difíceis acerca desse processo histórico.

No que se refere à formação social brasileira, o modo de produção capitalista e as classes sociais fundamentais, assim como suas frações de classe, adquiriram características particulares, determinadas pela divisão internacional do trabalho e pela economia de caráter dependente, adensando, principalmente desde a constituição do capitalismo monopolista no país, os desafios para as lutas da classe trabalhadora brasileira com vistas à sua autoemancipação. As contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista no Brasil durante a ditadura civil-militar, o aprofundamento da condição de *superexploração* da classe trabalhadora nesse período, a intensificação das lutas de classes desde a década de 1950 e a perda de hegemonia dos comunistas no movimento sindical desde o início da década de 1960 possibilitaram o advento do *novo sindicalismo* durante as décadas de 1970 e 1980 no país.

A partir desses elementos, foi possível identificar o *novo sindicalismo* como um processo que, no contexto da formação social brasileira e frente ao histórico das lutas da classe trabalhadora no país, foi síntese de alguns dos principais desafios a serem enfrentados ao longo do seu processo de autoemancipação. Visando identificar esses desafios, abordamos as análises de alguns dos principais estudiosos do movimento sindical no Brasil sobre o *novo sindicalismo*, que se situam no âmbito da tradição marxista<sup>1</sup> e que apontam questões fundamentais para refletirmos

---

<sup>1</sup> Em relação à tradição marxista, baseamo-nos em Netto (1994, p. 76-77), que afirma: “A obra de Marx fundou um modo original de pensar a sociedade burguesa e a sua dinâmica, que inclui necessariamente a alternativa da revolução socialista. Tendo como marco o pensamento marxiano, desenvolveu-se uma tradição marxista, dos anos 80 do século passado aos nossos dias. No bojo desta tradição se entrecruzaram e se entrecruzam propostas diversificadas, conquistando alternadamente a hegemonia no interior desse leito histórico graças a razões diversas (desde o seu apelo intelectual à sua funcionalidade política). Respondendo, bem ou mal, aos desafios históricos em face dos quais se foram erigindo, tais propostas tanto alargaram o universo temático

sobre as suas principais características frente ao desafio histórico da autoemancipação da classe trabalhadora brasileira.

Para identificarmos esses estudiosos diante da ampla e rica literatura sobre o *novo sindicalismo* no Brasil, definimos a produção bibliográfica de autores da tradição marxista sobre o tema, uma vez que essa perspectiva teórica – apesar das diferenças de análises existentes no seu interior – tem como elemento comum a reflexão sob o horizonte da transformação social e do socialismo.

Posteriormente, dentre a bibliografia levantada com base nesse critério, identificamos obras que trouxessem, mais especificamente e de forma diferenciada, questões acerca das principais características do *novo sindicalismo* que pudessem contribuir para nossa análise sobre o seu significado político para as lutas da classe trabalhadora brasileira com vistas à sua autoemancipação. Assim, buscamos identificar estudos que apontassem elementos para entendermos em que medida o *novo sindicalismo*, enquanto experiência de luta, contribuiu para a formação da classe trabalhadora brasileira como classe potencialmente revolucionária da sociedade burguesa.

Nessa perspectiva, e frente à diversa produção bibliográfica existente de autores de tradição marxista sobre o *novo sindicalismo*, nos detivemos nos estudos de Antunes (1988), Boito Júnior (1991), Frederico (1979; 1991; 1994; 2014) e Santana (1999; 2003; 2017).

Diante disso, apresentamos, no presente texto, uma síntese das principais características do *novo sindicalismo* com base nesses estudiosos. Em seguida, indicamos algumas reflexões sobre o significado político dessa experiência de luta e apontamos alguns dos seus principais desafios vivenciados, considerando-a como um processo que, no contexto da formação social brasileira e frente ao histórico das lutas da classe

---

da tradição marxista quanto se vincularam seletivamente a algumas dimensões do pensamento de Marx. Em poucas palavras: a obra de Marx (que chamamos de marxiana) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (as correntes marxistas) que, no seio de um bloco teórico-cultural diferenciado (a tradição marxista), oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou excludentes para os problemas que se foram e vão colocando no mundo burguês e nas suas ultrapassagens revolucionárias.”

trabalhadora no país, foi síntese de alguns dos principais enfrentamentos dessa classe ao longo do desafio histórico da sua autoemancipação.

## 1. O avanço das lutas da classe trabalhadora no período de esgotamento da ditadura civil-militar e a formação do novo sindicalismo

Durante a fase de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, a ditadura civil-militar aprofundou a economia dependente, sustentada na *superexploração*<sup>2</sup> da classe trabalhadora; manteve a cidadania de caráter historicamente restrito, instituída no país desde o começo do século XX; e consolidou o Estado como um meio praticamente exclusivo da dominação burguesa. Associado a isso, a partir do início do capitalismo monopolista, durante a década de 1950, as lutas de classes vinham adquirindo a sua expressão mais complexa e acirrada no país, tendo como ápice desse processo o período da década de 1970

<sup>2</sup> Segundo Marini (2005), em países de economia dependente como o Brasil, a dinâmica de exploração do trabalho assalariado foi se estabelecendo de forma que parte da mais-valia produzida também precisava ser repassada para os países de economia central, e, como forma de compensar essa perda, as classes dominantes brasileiras foram criando diversos mecanismos de extração da mais-valia, submetendo os(as) trabalhadores(as) a uma condição de “maior exploração” – situação caracterizada não pelo desenvolvimento da sua capacidade produtiva, mas pela intensificação do trabalho, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pela constante diminuição da média salarial, estabelecida em conexão com o rebaixamento da média de bens necessários à sobrevivência da classe trabalhadora. Essa condição, associada à predominância do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao tipo das principais atividades econômicas desenvolvidas no país – como a agricultura latifundiária, a mineração, a produção industrial voltada para a exportação – estabeleceu uma condição de superexploração em que o grau de exploração do trabalho – que é intrínseco a qualquer relação salarial no modo de produção capitalista – tornou-se maior devido ao fato de que “são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro [...] porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (MARINI, 2005, p. 156-157).

– realidade que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento do *novo sindicalismo* entre o final dessa década e a de 1980.

O *novo sindicalismo* foi o processo que se iniciou com as greves dos anos de 1978 a 1980, em que se destacou a atuação dos sindicatos do ABC paulista, os quais, ao organizarem lutas e reivindicações sob o protagonismo das suas bases, passaram a exercer significativa influência no conjunto do movimento sindical, enfrentando a política de arrocho salarial e a legislação antigreve vigente na época. Questionavam, assim, a política econômica empreendida pelo regime ditatorial, que tinha como principal base de sustentação a *superexploração* da classe trabalhadora. Dessa maneira, tais lutas se expandiram para diversas categorias de trabalhadores e adquiriram abrangência nacional, associadas às contestações acerca da estrutura sindical e da atuação repressora do Estado.

Assim, o *novo sindicalismo* caracterizou-se pela crítica à estrutura sindical e pela mobilização das bases por meio de contínuas ações grevistas, na perspectiva da conscientização da classe trabalhadora. Além disso, associou-se às lutas dos(as) trabalhadores(as) rurais e dos movimentos sociais de caráter popular, defendendo a realização de reformas sociais e as lutas democráticas, o que possibilitou sua capilaridade para diferentes segmentos da classe trabalhadora e seu vínculo com os segmentos populares.

Esses aspectos, associados à continuidade do movimento grevista durante a década de 1980 – apesar da dura repressão estatal e da diminuição do número total de greves no ano de 1980 – e a avanços organizativos como a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) em 1982, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e de grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 propiciaram o avanço não só do movimento sindical, mas das lutas da classe trabalhadora de uma forma geral durante a década de 1980.

Esse avanço se expressou por meio da realização de importantes greves por categorias entre 1983 e 1985, de greves com a ocupação de fábricas e de quatro greves gerais entre 1986 e 1989. Além disso, o

movimento sindical teve um significativo papel no final da década de 1980 para a retomada do regime democrático, exercendo tensão por meio de mobilizações, organizando-se e atuando durante a Assembleia Constituinte de 1988/89 para que os direitos da classe trabalhadora fossem expandidos e regulamentados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Tais acontecimentos demonstravam a dimensão generalizante que essas lutas foram adquirindo naquela época, sendo um importante exemplo disso o total de 3.943 greves que chegaram a ocorrer no país no ano de 1989, conforme afirma Badaró (2009).

A partir desses elementos, temos como referência esse contexto e ao mesmo tempo as dificuldades objetivas e subjetivas que a classe trabalhadora foi enfrentando historicamente no terreno das lutas de classes, desde a sua formação inicial até a consolidação do capitalismo monopolista no país, em que identificamos a importância da experiência do *novo sindicalismo* para as lutas dessa classe.

Ademais, o *novo sindicalismo* conformou, durante a década de 1980, um campo político de caráter democrático e popular, juntamente com o sindicalismo rural e os movimentos sociais populares, participando das lutas por reforma agrária, pela saúde pública, por moradia, pela suspensão dos pagamentos da dívida externa, pelo direito à participação política e pela democracia, associando-as a uma perspectiva de luta classista e tendo a classe trabalhadora como protagonista desse processo.

Diante disso, chamamos a atenção para uma particularidade das lutas no período dos anos 1980, que foi a atuação e o caráter popular dos movimentos sociais, no sentido de tensionarem o padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro ao reivindicarem direitos historicamente negligenciados e reformas que alteravam a lógica de distribuição da riqueza e da renda no país. Nessa perspectiva, as lutas desses movimentos contribuíram de forma significativa para que, naquele contexto de luta pela democracia, o *novo sindicalismo* e as organizações a ele ligadas ampliassem a sua força social para além do segmento sindical e para que a classe trabalhadora incidisse na dinâmica das lutas de classes, em defesa das suas necessidades e interesses.

Embora a regulamentação dos direitos trabalhistas e de cidadania na CF/88 não tenha atendido em sua plenitude a todas as demandas e

reivindicações da classe trabalhadora, e apesar de tal regulamentação não ter significado a concretização de todos os direitos regulamentados, essa conquista não deixou de ser um marco importante para as lutas pelos direitos da classe trabalhadora no Brasil, uma vez que esses direitos foram historicamente restringidos e negligenciados – ao tempo em que, quando implantados, foram muitas vezes utilizados como parte da estratégia de dominação política e ideológica exercida pelo Estado e pelas classes dominantes sobre a classe trabalhadora.

Dessa maneira, não estamos deixando de ver que, diante do desafio histórico da autoemancipação da classe trabalhadora, a luta e a regulamentação por direitos se situa, em essência, na esfera da emancipação política que se restringe aos marcos da sociedade burguesa, conforme constatado por Marx em *A questão judaica*.<sup>3</sup> Contudo, o que ressaltamos aqui é que, no contexto da formação social brasileira, as lutas sindicais e por determinados direitos e reformas adquiriram um caráter questionador do modelo de exploração e dominação predominante, que se constituiu marcado por um capitalismo de tipo dependente,<sup>4</sup> com base na *superexploração* da classe trabalhadora e em formas autocráticas de dominação por parte das classes dominantes. Também apontamos que tais lutas, quando associadas a experiências de mobilização, reivindicação e organização que levam a embates e disputas com essas classes, contribuem

---

<sup>3</sup> Nesse texto, o autor aponta que os direitos de cidadania se tornaram um meio para a preservação dos direitos do homem egoísta e afirma que a separação existente entre o gênero e o indivíduo, o coletivo e o individual, o Estado e a sociedade civil, fazem parte da constituição dos limites da emancipação política da sociedade burguesa, formando o cidadão apenas em seu sentido abstrato, uma vez que “os libertadores políticos reduzem a cidadania, a comunidade política, a simples meio para preservar os chamados direitos do homem; [...]” (MARX, [1843] 1993, p. 58).

<sup>4</sup> Segundo Marini (2005, p. 141), o capitalismo de tipo dependente se estabelece a partir de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas.

para a formação da classe trabalhadora no seu sentido político, ou seja, enquanto classe potencialmente revolucionária da sociedade burguesa.

Com isso, a partir da experiência do *novo sindicalismo* e da força social que este conseguiu acumular durante a década de 1980, vemos a potencialidade política que a luta sindical pelos direitos de cidadania e por reformas como a agrária e a urbana adquiriram naquele contexto, ao se associarem às mobilizações, greves e experiências organizativas da classe trabalhadora. Por isso, entendemos que, apesar das suas contradições e limites, o *novo sindicalismo* se caracterizou, naquele período, por defender os interesses e os direitos da classe trabalhadora e dos segmentos populares e por estabelecer uma significativa dinâmica de mobilização e organização da classe diante de tais circunstâncias.

Tendo como referência o histórico das lutas da classe trabalhadora na formação social brasileira e as principais contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista no país no âmbito das lutas de classes, o *novo sindicalismo* foi um processo de lutas e mobilizações sindicais – que teve como protagonista o movimento sindical do ABC paulista, com destaque para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – ocorrido entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, e que se associou às reivindicações de caráter democrático e popular, adquirindo uma feição classista.

Nessa perspectiva, Antunes (2011) coloca:

O patamar atingido pela luta de classes no Brasil naquela década esteve entre os mais significativos em todo o mundo capitalista. Ao longo da década de 1980, houve um quadro nitidamente favorável ao novo sindicalismo no Brasil (enquanto movimento social dos trabalhadores, com forte caráter de classe), que caminhava em direção contrária ao quadro de crise sindical já presente em vários países capitalistas avançados. (ANTUNES, 2011, p. 139).

Dessa forma, as lutas que referenciamos dizem respeito ao processo iniciado com o movimento grevista de 1978 a 1980, que estabeleceu uma ampla dinâmica de mobilização da classe trabalhadora por meio da

luta sindical durante a década de 1980 e que, ao constituir uma perspectiva classista, atuou de forma predominante – porém, não homogênea – nesse período para que a luta e a organização sindical fossem formas de unificação da classe trabalhadora e de fortalecimento da luta pelo socialismo. Por isso, identificamos que o *novo sindicalismo* teve um significado político para as lutas da classe trabalhadora brasileira com vistas ao seu desafio histórico da autoemancipação.

Considerando esses elementos, temos como referência histórica que o contexto estabelecido desde o início da década de 1990 e posterior à “redemocratização do país, com a aprovação da CF/88 e as eleições presidenciais de 1989, encerra, em certo sentido, a ‘era’ do novo sindicalismo brasileiro” (BADARÓ, 2009, p. 125).

Essa ponderação se faz necessária porque, após o final da década de 1980, houve significativas mudanças políticas e ideológicas nas principais organizações fundadas enquanto parte desse processo do *novo sindicalismo*, a exemplo do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Tais mudanças, diante das particularidades da formação social brasileira e do histórico de *superexploração* da classe trabalhadora, foram condicionadas pelo contexto internacional de crise terminal do movimento comunista no final da década de 1980 e pelo início da ofensiva neoliberal e da reestruturação produtiva desde o início dos anos 90 no Brasil.<sup>5</sup> Esses determinantes, associados dialeticamente em suas dimensões históricas e conjunturais, alteraram a composição da classe trabalhadora e a dinâmica das lutas no país, afetando as lutas de caráter classista, e dentre elas, em particular, os rumos do *novo sindicalismo*.

Nesse sentido, é necessário contextualizar que as mudanças políticas e ideológicas que ocorreram desde esse período no âmbito da CUT – que se tornou a principal central sindical do país – se deram frente a esses determinantes, os quais traçaram uma difícil e complexa realidade

---

<sup>5</sup> No contexto das particularidades da formação social brasileira, a ofensiva neoliberal se expandiu no Brasil, causando desde o início dos anos 1990 profundas mudanças na organização do sistema produtivo e da força de trabalho, assim como na caracterização da classe trabalhadora e no papel do Estado, dificultando sobremaneira as lutas dessa classe, principalmente as de caráter classista e revolucionário.

para as lutas da classe trabalhadora no Brasil. Em relação ao movimento sindical, esse processo dificultou as condições para a mobilização e organização em virtude das novas formas de ordenamento do sistema produtivo, de emprego e de gestão da força de trabalho, juntamente com a permanência da estrutura sindical corporativista<sup>6</sup> e a constituição e fortalecimento de um sindicalismo de caráter neoliberal e conservador, que fundou a Força Sindical em 1991.<sup>7</sup>

Ao considerarmos esses elementos, identificamos que as mudanças ocorridas na ação da CUT no decorrer da década de 1990 se deram de forma inter-relacionada com a dinâmica geral das lutas da classe trabalhadora e do movimento sindical que foram determinados por essa realidade.

Dentre as mudanças que passaram a permear a atuação da Central, podemos destacar a diminuição da participação das bases e de

---

<sup>6</sup> Sobre essa questão, Badaró (2009, p. 132) coloca: “Em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos de 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização, foi frustrado. Como vimos, a Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio de representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.”

<sup>7</sup> A Força Sindical atua, desde a sua fundação, de forma totalmente baseada na estrutura sindical, exercendo, de maneira predominante, uma prática permeada pela burocratização, pela pouca representatividade e participação das bases e pelo vínculo com o conservadorismo político que beneficia as classes dominantes. Além disso, tem a perspectiva de exaltar o poder econômico e os limites da luta sindical frente a isso; de defender a negociação e a conciliação sistemática entre sindicatos e empresas, com o objetivo de adequar os interesses de ambos; de entender que a luta sindical não deve estar associada à luta política e que os sindicatos devem primar por ações práticas que resultem em melhorias das condições de trabalho e no aumento da produtividade das empresas; de apoiar a concepção de que o Estado deve reduzir suas ações no campo econômico e privatizar as grandes empresas como forma de incentivar a geração de empregos. Conforme Santana (2017, p. 300), a Força Sindical “foi constituída por setores do chamado ‘sindicalismo de resultados’, egressos da CGT, e que tinham como política clara rivalizar com a CUT, a qual já havia se tornado hegemônica no movimento sindical nacional, comandando o que seria, em seu conjunto, a fatia mais importante e representativa das organizações de trabalhadores.”

diversas categorias da classe trabalhadora na luta sindical, determinada pelas mudanças na sua caracterização, em que houve a diminuição do proletariado industrial, a desconcentração das unidades produtivas, a contínua perda dos direitos sociais e trabalhistas e o aumento da instabilidade nos empregos por meio da rotatividade e da terceirização, assim como o aumento da concorrência por emprego no interior da própria classe (ANTUNES, 2010).

Ao mesmo tempo, a própria CUT realizou mudanças em relação à sua organização interna, no sentido de diminuir o peso da participação das bases e das oposições em suas definições e fortalecer o papel das direções. Tais mudanças se deram principalmente por meio da criação de federações e confederações que passaram a ser representadas, exclusivamente, tanto do ponto de vista político quanto jurídico, pela direção da CUT. Junto a isso, as alterações internas que ocorreram diante do contexto estabelecido desde o início da década de 1990, ao tempo em que se consolidava a sua inserção na estrutura sindical, fizeram com que a Central passasse a ter significativa influência da perspectiva socialdemocrata,<sup>8</sup> principalmente desde o seu 4º Congresso, ocorrido em 1991.

Com a concomitância desses elementos, a CUT passou por um processo que levou a uma atuação sindical baseada na perspectiva de manutenção dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, privilegiando a negociação das demandas corporativas e a participação nas decisões das políticas setoriais. Exemplo disso foi que ela passou a defender propostas acerca do desenvolvimento de uma política industrial mais justa socialmente, por meio de uma atuação sindical sem confrontos diretos e com um horizonte propositivo.

É possível localizar, em vários episódios dos anos de 1990, manifestações típicas dessa virada na postura de sindicatos e sindicalistas identificados com a CUT. Como nos acordos fechados no ABC paulista, desde a segunda

---

<sup>8</sup> Em 1992, a CUT se filia à Cisol (Central Sindical Internacional), ligada ao sindicalismo estadunidense e socialdemocrata europeu.

metade dos anos de 1990, entre o Sindicato dos Metalúrgicos e as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissão. Lá, no berço do novo sindicalismo, o sindicato acabou por fechar acordos em que aceitou: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas – “banco de horas”); redução de salários (primeiro indireta, depois direta) e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária). (BADARÓ, 2009, p. 139-140).

Respaldo cada vez menos em uma perspectiva de classe, o movimento sindical, herdeiro do *novo sindicalismo*, foi se atrelando a uma dinâmica de burocratização e institucionalização em que, diante do avanço da ofensiva neoliberal da década de 1990, principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, as lutas foram adquirindo um caráter predominantemente defensivo e imediato.

Entretanto, é importante colocar que, apesar dessas mudanças políticas e ideológicas ocorridas na CUT no decorrer da década de 1990, durante a primeira metade dessa década houve a manutenção de diversas ações de luta e resistência por parte da classe trabalhadora e do movimento sindical.

Em relação a isso, Santana (2017) aponta que houve a organização da greve geral de 1990 por parte da CUT e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), reivindicando uma política salarial mais justa, e a realização de diversas greves por segmentos, como as dos petroleiros, dos operários da Ford e dos eletricitários naquele mesmo ano, além da greve dos portuários em 1992, que paralisou 40 mil trabalhadores(as) em 35 portos do país e de outras greves ocorridas em 1995, como a histórica greve organizada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), filiada à CUT.

Essa greve dos petroleiros teve como principais objetivos a reposição de perdas salariais e o protesto contra o fim do monopólio estatal do petróleo, contando com a adesão de 90% da categoria, que paralisou dez refinarias no país. Porém, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso reconheceu que, diante daquela conjuntura,

“era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente aquele ligado à CUT” (SANTANA, 2017, p. 302), a greve enfrentou diversas ações de criminalização, boicote, isolamento e repressão, que incluíram o envio de tropas do exército a quatro das refinarias paralisadas. Dessa forma, após 32 dias de duração, a greve foi suspensa sem nenhuma das reivindicações atendidas, adquirindo um significado de grande derrota do movimento sindical frente a um governo que empreendia a ofensiva neoliberal no país. O seu desfecho foi “um divisor de águas na história do movimento sindical no período. Com ela tivemos um ponto de inflexão política para o movimento sindical nacional, que se agravaria ainda mais com o avançar das transformações econômicas” (SANTANA, 2017, p. 303).

Assim, foi diante dessa realidade de meados da década de 1990, juntamente com os elementos anteriormente mencionados, que se estabeleceu a crise do movimento sindical e as mudanças políticas e ideológicas por parte da CUT. Tal situação levou a uma fragilidade cada vez maior da estratégia de associar as lutas sindicais e populares aos interesses históricos da classe trabalhadora e a um projeto de caráter socialista – estratégia essa que tinha orientado a trajetória de fundação da CUT em 1983 e esteve presente em sua forma de atuação e organização até o final da década de 1980.

## **2. O significado político do novo sindicalismo para as lutas da classe trabalhadora brasileira**

Diante desses breves elementos que marcaram a experiência do *novo sindicalismo* até o início da ofensiva neoliberal e da reestruturação produtiva no Brasil, observamos que esse período, a partir da década de 1990, caracterizou-se pelo início de uma crise do movimento sindical, associada a mudanças políticas ocorridas durante a trajetória do PT e que interferiram na composição da esquerda como um todo, tendo profundas consequências até os dias atuais para as lutas da classe trabalhadora no país.

Porém, frente às particularidades da formação social brasileira e ao histórico das lutas da classe trabalhadora no país, entendemos que esses acontecimentos, que se deram durante a década de 1990, não anularam a importância e o significado do que foi o *novo sindicalismo*. Por isso, diante de todos os elementos que o caracterizaram, consideramos que ele foi síntese de alguns dos principais enfrentamentos da classe trabalhadora brasileira no contexto do desafio histórico da sua autoemancipação.

Assim, ao identificarmos elementos que demonstram o significado político dessa experiência de luta, destacamos que todos os estudos analisados para a realização deste trabalho – Antunes (1988), Boito Júnior (1991), Frederico (1979; 1991; 1994; 2014) e Santana (1999; 2003; 2017) – apontam que as greves de 1978 a 1980, que deram início ao *novo sindicalismo*, tiveram um caráter de luta de massas com viés espontâneo, demonstrando a capacidade de resistência das bases operárias após a intensificação da condição de *superexploração* vivenciada pela classe trabalhadora, juntamente com a sistemática repressão empreendida pelo regime ditatorial.

Dessa maneira, na medida em que esse movimento grevista se concretizou, adquiriu um caráter político ao questionar a lei antigreve e a política de arrocho salarial enquanto pilar da política econômica consolidada pela ditadura, contestando assim a condição de *superexploração* da classe trabalhadora. Junto a isso, deu início a um processo de lutas e mobilizações que se tornou um marco histórico para o movimento sindical e para as lutas da classe trabalhadora brasileira.

Sublinhamos que, apesar das diferentes análises por parte dos estudiosos do movimento sindical supracitados em relação à conceituação e caracterização do *novo sindicalismo*, em que apontam reflexões e problemáticas diferenciadas, identificando limites e possibilidades, o elemento comum a todos é no sentido de reconhecerem que o período entre 1978 e 1989 – em que pese, inclusive, as problematizações sobre a denominação ter sido ou não um *novo sindicalismo* – foi o de maior avanço para as lutas da classe trabalhadora no Brasil.

Com base nos estudos desses autores, identificamos, como uma primeira característica que particularizou o *novo sindicalismo*, o protagonismo

exercido pelo operariado fabril – a exemplo dos metalúrgicos do ABC paulista –, que havia se expandido durante a consolidação do capitalismo monopolista no país.

Tendo como referência o histórico de formação da classe trabalhadora brasileira, observa-se que o modelo econômico consolidado durante a ditadura civil-militar potencializou a constituição desse operariado, o qual se concentrou principalmente na região metropolitana de São Paulo, trabalhando nos setores modernos da economia que eram a base do sistema industrial. Além de ter se expandido numericamente, esse segmento, embora não deixasse de possuir características historicamente vivenciadas pela classe trabalhadora – como a condição de *superexploração* e o acesso restrito aos direitos de cidadania – diferenciou-se pela importância do papel e a função econômica que exercia no sistema produtivo na época e pela disposição em realizar lutas corporativas de forma espontânea e não atrelada à estrutura sindical, já que não havia se formado tendo essa estrutura como referência para suas lutas e reivindicações.

Além disso, identificamos que esse protagonismo se deu juntamente com a mobilização de outros segmentos da classe trabalhadora, mostrando, de forma dialética, tanto a centralidade que o operariado teve naquele contexto de acirramento das lutas de classes quanto a importância que os demais segmentos da classe trabalhadora tiveram para que a luta sindical se expandisse e se fortalecesse.

Associado a isso, a segunda característica do *novo sindicalismo* que apontamos com base nos autores analisados é o fato de este ter-se constituído como um movimento de massas que fomentou amplas mobilizações, conseguindo fazer com que as greves se tornassem efetivamente meios de disputas e embates frente à sua classe antagônica. Ao entendermos as greves como um instrumento de luta e não como um fim em si, observamos que o *novo sindicalismo* conseguiu fazer uso delas de forma atrelada aos objetivos das suas lutas corporativas e usá-las num contexto de acirramento das lutas de classes, como um mecanismo de pressão e de questionamento do modelo de exploração e dominação estabelecido. Dessa forma, as greves daquele contexto

foram fundamentais para que houvesse um processo – permeado por contradições, avanços e retrocessos – de formação da classe trabalhadora, no sentido de se forjar por meio do reconhecimento, da defesa e da luta por suas necessidades e interesses.

A terceira característica que também foi possível identificar é que o *novo sindicalismo* desenvolveu, mediante os movimentos grevistas, experiências organizativas desde as bases, a exemplo da organização de comissões, comandos, núcleos e setores, assim como a realização de grandes assembleias no decorrer das greves e posteriormente a elas, visando manter diferentes segmentos da classe trabalhadora mobilizados. Essas experiências, juntamente com a fundação da CUT enquanto central sindical vinculada à perspectiva política e ideológica do *novo sindicalismo* e ligada desde a sua formação inicial ao PT, contribuíram para avanços da luta sindical e para a expansão de experiências organizativas da classe trabalhadora, que foi vivenciando com isso inúmeros desafios no âmbito da sua organização.

A quarta característica que particularizou o *novo sindicalismo* foi a de que este se articulou às lutas dos movimentos sociais de caráter popular, apoiando e integrando as reivindicações por reforma agrária e urbana, pela saúde pública, pelos direitos das mulheres e por igualdade racial, dentre outros – além de ter construído espaços de articulação e mobilização conjunta com esses movimentos, a exemplo da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), que se tornou decisiva para a própria fundação da CUT.

Apesar das polêmicas que a relação entre esses movimentos causou na época, uma vez que os demais segmentos da esquerda, como a Unidade Sindical, entendiam que o protagonismo deveria ser exclusivamente do movimento sindical, o que se viu foi que essa articulação fortaleceu as lutas da classe trabalhadora. Historicamente, as demandas dos movimentos sociais de caráter popular tinham adquirido uma dimensão questionadora do padrão de acumulação capitalista estabelecido no Brasil e, por isso, a articulação estabelecida entre esses e o movimento sindical proporcionou avanços em relação à defesa dos direitos da classe trabalhadora durante a transição democrática.

Nesse sentido, a quinta característica que apontamos é a de que o *novo sindicalismo*, enquanto movimento sindical, constituiu força social própria ao desenvolver lutas e mobilizações para além do domínio da estrutura sindical corporativista. Nesse sentido, entendemos que essa força se manteve como um determinante que permeou toda a atuação do *novo sindicalismo*, mas a crítica à estrutura sindical, juntamente com a realização de ações independentes das normas impostas e dos sindicatos cooptados, propiciou a sua expansão e capilaridade tanto no operariado fabril quanto em demais segmentos da classe trabalhadora. Esse processo, associado às mobilizações, à expansão do movimento grevista, às experiências organizativas desenvolvidas e à articulação com os movimentos sociais de caráter popular, proporcionou-lhe força social própria.

Dessa forma, apontamos que foi a partir desse acúmulo de forças que o *novo sindicalismo* e o campo político a ele associado desenvolveram capacidade de incidência na conjuntura política da época, impondo limites à hegemonia exercida pelas classes dominantes durante a transição democrática e contribuindo para a regulamentação de direitos que possibilitavam a ampliação do regime democrático.

Assim, a sexta característica que identificamos acerca do *novo sindicalismo* foi a de que ele desenvolveu a luta sindical sob uma perspectiva política de mobilização e conscientização da classe trabalhadora. Apesar das dificuldades e polêmicas vivenciadas durante a década de 1980 no movimento sindical e na esquerda como um todo, principalmente em torno da relação entre luta econômica e política, sobre formas de organização de classe, método de atuação e análise de conjuntura, a sua atuação se caracterizou fundamentalmente pela concepção de que as lutas da classe trabalhadora deveriam ser dirigidas pela própria classe, visando a sua unidade e a conquista dos seus objetivos imediatos e históricos no sentido da construção de uma sociedade sem exploração.

Por isso, entendemos que, juntamente com a construção de um movimento sindical baseado na democracia, na autonomia, na participação das bases e na realização sistemática de mobilizações, o *novo sindicalismo* constituiu uma atuação que tinha como horizonte uma

estratégia de viés classista que esteve presente nas suas reivindicações e na sua forma de atuação e organização até o final da década de 1980.

Assim, a partir dessas características é que situamos o significado político que o *novo sindicalismo* teve para as lutas da classe trabalhadora brasileira com vistas à sua autoemancipação, além das diversas questões que o envolveram como uma experiência de luta que contribuiu para a sua formação enquanto classe potencialmente revolucionária da sociedade burguesa.

Tendo como referência a trajetória do *novo sindicalismo*, constata-se o desafio que está colocado para a construção de lutas concretas por parte da classe trabalhadora em uma sociedade que historicamente impõe, de forma geral e ao mesmo tempo particular, uma realidade que, sob a hegemonia da sua classe antagonica, se torna cada vez mais difícil e complexa do ponto de vista econômico, político e social – realidade cujos desdobramentos mais perversos a classe trabalhadora enfrenta de diferentes formas em seu cotidiano.

Portanto, ao identificarmos o significado político do *novo sindicalismo* por meio dessas características, concebemos que esse processo se deu permeado por inúmeras contradições e desafios, os quais, a nosso ver, são síntese de alguns dos principais desafios a serem enfrentados pela classe trabalhadora brasileira no contexto da sua autoemancipação.

### **3. O novo sindicalismo frente à perspectiva da autoemancipação da classe trabalhadora brasileira**

Diante dos elementos abordados, concebemos que os principais desafios enfrentados pelo *novo sindicalismo* se colocaram de forma contraditoriamente associada às suas características.

Nesse sentido, entendemos que o *novo sindicalismo* adquiriu significativa potencialidade enquanto movimento de massas. Porém, identificamos como um dos seus desafios o fato de que este se iniciou e se manteve frágil em relação à questão da organização e da direção política coletiva, no sentido da construção da luta estratégica pelo socialismo a partir das demandas da classe trabalhadora e das lutas populares,

que se expressou desde o movimento grevista de 1978 a 1980 e que se manteve durante essa década. Nesses termos, o *novo sindicalismo* se desenvolveu sem romper com a predominância da espontaneidade na atuação sindical, privilegiando em determinados momentos ações basistas, e deixando em diversas conjunturas os rumos do movimento sindical sob o poder de decisão do ânimo das massas, estabelecido nas grandes greves e assembleias.

Apesar de a fundação de organizações como o PT e a CUT ter significado um passo importante em relação à questão da organização, a construção de uma direção política de caráter coletivo enquanto principal referência para a classe trabalhadora e para os segmentos populares foi ficando cada vez mais restrita à liderança exercida por Lula da Silva. Tal situação, contraditoriamente, acabou privilegiando a sua liderança individual em detrimento do fortalecimento das organizações enquanto espaços coletivos de direção, fundadas como parte da trajetória do *novo sindicalismo*.

A partir dessa constatação, não estamos secundarizando a força e referência adquiridas tanto pelo PT quanto pela CUT no interior da classe trabalhadora e da esquerda, que inclusive continuaram se expandindo após o período de existência do *novo sindicalismo*. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que não se conseguiu consolidar uma direção política de caráter coletivo durante o processo do *novo sindicalismo* – que foi o contexto de maior ascenso da luta sindical e das lutas da classe trabalhadora no país – e isso teria sido fundamental para que uma perspectiva de projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora avançasse.

Um segundo desafio do *novo sindicalismo* que, segundo identificamos, surgiu e se manteve durante sua existência, foi o que se deu a partir da constituição de sua força social própria, pois, ao avançar por meio do movimento grevista e das mobilizações, passou a vivenciar o desafio da condução da luta sindical por parte dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) que foram se deparando com a complexidade e as diferenças – econômicas, culturais, políticas, sociais, ideológicas, raciais e de gênero – existentes intraclasse.

Essa realidade se deu de forma associada aos limites impostos pela pouca experiência tanto das bases quanto das lideranças em relação à luta sindical e à luta política, uma vez que, desde o início da ditadura civil-militar, a classe trabalhadora estava mais familiarizada com as ações de resistência e sobrevivência frente à repressão estatal do que com os desafios impostos por uma realidade caracterizada pelo ascenso de suas lutas.

Tal situação, associada a um histórico de fragilidade da organização política da classe trabalhadora – determinada pela sua complexa formação, pela preponderante condição de *superexploração* e pela predominância da repressão e da cooptação por parte do Estado e das classes dominantes frente às suas lutas –, impossibilitou que o *novo sindicalismo* avançasse no sentido de partir do patamar de acúmulo de força social própria conjuntural para o de construção de um projeto de classe que fortalecesse a luta sindical sob uma perspectiva estratégica.

O acúmulo de forças adquirido pelo *novo sindicalismo* frente à dinâmica das lutas de classes, estabelecida em um período em que as classes dominantes, enquanto principais beneficiadas pela ditadura civil-militar, conseguiram manter sua hegemonia durante a transição democrática, não propiciou que se alcançasse um patamar decisivo de luta entre as classes. Diante disso, o *novo sindicalismo* não reuniu força social suficiente para possibilitar uma conjuntura que pudesse avançar para uma disputa decisiva entre as classes, o que seria necessário para que as lutas da classe trabalhadora avançassem na perspectiva da autoemancipação.

Associado a isso, outro desafio enfrentado pelo *novo sindicalismo*, como um dos principais desdobramentos da expansão e da influência que este passou a exercer no todo do movimento sindical, foi a fundação de organizações sindicais e partidárias, a exemplo do PT e da CUT.

Nessa perspectiva, apontamos primeiramente que esse fato significou um avanço no sentido de ter sido um passo importante em relação ao processo de organização da classe trabalhadora. Porém, ao considerarmos o histórico das lutas da classe trabalhadora no país, observamos que a formação dessas organizações também consolidou uma divisão tanto no movimento sindical quanto na esquerda de uma forma geral,

em que passaram a se conformar um campo político vindo do *novo sindicalismo* e vinculado ao PT e à CUT e outro campo político que, por meio da Unidade Sindical, fundou a CGT e permaneceu vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Dessa maneira, mesmo naquele contexto de ascenso do movimento sindical, em que a classe trabalhadora conseguiu acumular forças graças às suas lutas e tensionar o processo de transição democrática, defendendo seus direitos e interesses historicamente negligenciados pelo Estado brasileiro, o PT e a CUT, enquanto organizações criadas durante o novo sindicalismo, apesar de terem conseguido, desde o seu início, exercer significativa inserção nas bases da classe trabalhadora, não lograram promover, do ponto de vista tático e estratégico, avanços em relação à construção da unidade da classe e da esquerda.

Contudo, é importante colocar que, ao se ter como referência o histórico das lutas da classe trabalhadora no país, a permanência das dificuldades acerca da concretização da unidade política entre as organizações de esquerda, durante a década de 1980, também expressava os desafios que vinham se intensificando desde o período anterior à instalação da ditadura civil-militar, em 1964.

As divergências que foram ocorrendo de forma mais explícita, tanto no movimento sindical quanto na esquerda, desde o período de fundação da CUT, demonstravam que, assim como havia acontecido em outros momentos importantes das lutas de classes no país, as organizações de esquerda não conseguiram atuar sob a perspectiva de construção de um programa unitário que, considerando as particularidades da formação social brasileira e as especificidades intraclasse, defendesse e representasse os seus interesses como um todo. Essa questão permaneceu, durante e após o *novo sindicalismo*, como um aspecto limitador para o avanço das lutas da classe trabalhadora em relação ao desafio histórico da sua autoemancipação.

Além desses, outro desafio que constatamos diante do processo do *novo sindicalismo* foi o que surgiu em decorrência da expansão das greves e mobilizações durante a década de 1980, as quais, ao adquirirem um caráter de enfrentamento e uma dimensão generalizante, elevaram as

lutas de classes a novos patamares e propiciaram que a classe trabalhadora atuasse enquanto classe frente aos determinantes e contradições da época.

Entretanto, ao atingir esses novos patamares, o *novo sindicalismo* demonstrou limites em articular a luta sindical e a luta política sob a perspectiva revolucionária. Dessa forma, apontamos primeiramente a complexidade que existe, de maneira intrínseca, na articulação das duas dimensões dessas lutas, uma vez que, para a dimensão política avançar, é necessário, juntamente com as reivindicações e experiências organizativas da classe trabalhadora, que se construa mediante a experiência concreta da luta uma concepção ideológica de mundo que inclua o reconhecimento e a defesa de um projeto de sociedade – desafio que se estabelece de forma contraditória e processual, diante das condições objetivas historicamente estabelecidas pela dinâmica das lutas de classes e das condições subjetivas que dizem respeito à caracterização e ao modo de ser da própria classe trabalhadora.

Além disso, identificamos que o histórico de enfraquecimento da luta revolucionária no contexto internacional – envolvendo o movimento comunista entre as décadas de 1960 e 1980, que se desagregou diante da falência das experiências do chamado “socialismo real” – e as dificuldades políticas e organizativas enfrentadas pelo PCB – enquanto principal referência do movimento comunista no Brasil – desde o período pré-64 no Brasil, foram aspectos que contribuíram para que as lutas sob o horizonte revolucionário fossem ficando cada vez mais frágeis.

Considerando esses elementos, percebemos que, durante a trajetória do *novo sindicalismo*, principalmente desde meados da década de 1980, por meio da atuação da CUT, deu-se um processo em que, por mais que as greves tenham se expandido, a perspectiva da luta pelo fim da exploração enquanto horizonte político foi se distanciando da luta sindical. Junto a isso, foi se ampliando internamente na Central a perspectiva social-democrata, caracterizada em linhas gerais pelo reformismo, pela tática da negociação e pela colaboração de classes.

Em virtude das contradições impostas pela realidade brasileira e da forma como foi se dando a transição democrática, o que se viu foi uma tendência de a atuação da CUT, enquanto central sindical herdeira

do *novo sindicalismo*, limitar-se cada vez mais à dimensão da luta econômica e corporativa.

## Considerações finais

Tendo como referência os fundamentos e a atualidade da teoria da revolução em Marx, ressaltamos a centralidade que as lutas de classes assumem no contexto geral da sociedade burguesa, entendendo que estas incidem na formação das próprias classes sociais, que se caracterizam pelo lugar e papel que ocupam no sistema produtivo e pelos aspectos particulares que as constituem no contexto das formações sociais e de conjunturas específicas.

Assim, concebemos que as formas de luta de uma determinada classe expressam suas características objetivas e subjetivas, ao tempo em que constituem a própria classe. Por isso, ao reconhecermos na formação da sociedade burguesa a essencial relação de antagonismo e interdependência entre burguesia e classe trabalhadora – considerando também a heterogeneidade que existe internamente em cada uma dessas classes – apontamos que as lutas têm um papel central para a formação da classe trabalhadora enquanto classe no seu sentido político, ou seja, enquanto classe potencialmente revolucionária da sociedade burguesa.

Associado a isso, considerando o contexto histórico e as particularidades da formação social brasileira durante o período de consolidação da ordem monopólica no país durante a ditadura civil-militar, reconhecemos que as lutas de classes se acirraram a partir da segunda metade da década de 1970 devido ao aprofundamento do caráter dependente da economia, à intensificação da condição de *superexploração* vivenciada pela classe trabalhadora e ao fortalecimento do caráter autocrático da dominação burguesa no país. Esse processo se deu de forma interligada à consolidação do poder imperialista no país, ao aumento da concentração da renda e da riqueza e em consequência da desigualdade social, firmando a tendência do capitalismo brasileiro de excluir a grande maioria da população ao acesso aos direitos de cidadania, às políticas sociais e aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento econômico.

Assim, essa realidade, associada à expansão da classe trabalhadora ocorrida principalmente entre os anos 1968 e 1975, proporcionou, diante das condições históricas daquele período, o início da fase de maior avanço das lutas da classe trabalhadora no país, a exemplo do que foi a constituição do *novo sindicalismo* a partir das greves de 1978 e 1980.

Nessa perspectiva, o *novo sindicalismo* se constituiu a partir do amplo movimento grevista estabelecido na época e desenvolveu diversas experiências de luta e organização envolvendo diferentes segmentos da classe trabalhadora – com o protagonismo do operariado do ABC paulista –, enfrentando a política econômica consolidada pelo regime ditatorial, contestando a estrutura sindical existente e a atuação repressora do Estado.

Dessa forma, identificamos que ao associar, naquele contexto de acirramento, as lutas de classes às lutas dos movimentos sociais de caráter popular e do sindicalismo rural; ao articular as lutas corporativas com a luta pela retomada do regime democrático; e ao desenvolver experiências organizativas de forma associada às mobilizações, coordenando desde os comitês de fábricas durante as greves até uma central sindical em nível nacional – a exemplo do que foi a fundação da CUT em 1983 –, o *novo sindicalismo* adquiriu uma significativa importância política para as lutas da classe trabalhadora brasileira.

Por isso, ao reconhecermos esse significado político, apontamos, com base nos estudos de Antunes (1988), Boito Júnior (1991), Frederico (1979; 1991; 1994; 2014) e Santana (1999; 2003; 2017) suas principais características. A partir disso, foi possível identificar parte dos principais desafios que particularizaram o *novo sindicalismo* enquanto uma experiência de luta que, no contexto da formação social brasileira e frente ao histórico das lutas da classe trabalhadora no país, foi síntese de alguns dos seus principais enfrentamentos no contexto do desafio histórico da sua autoemancipação.

Assim, elencamos: a fragilidade em relação à questão da organização e da direção política coletiva; o acúmulo de força social própria apenas na dimensão conjuntural; dificuldades para o alcance da unidade da classe trabalhadora e da esquerda; e significativos limites na articulação entre a

luta sindical e a luta política sob a perspectiva revolucionária, sendo que no decorrer da década de 1980 essa problemática foi se aprofundando.

Diante disso, apesar de o *novo sindicalismo* ter sido uma expressão central do período de maior avanço das lutas da classe trabalhadora no Brasil, ele não conseguiu, nos marcos da formação social brasileira, incidir para que houvesse avanços para a concomitância entre uma situação revolucionária enquanto resultante do acirramento das lutas de classes e a efetivação da condição potencialmente revolucionária da classe trabalhadora.

Não obstante, esse foi um processo em que a classe trabalhadora brasileira experimentou, em alguma medida, por meio da luta, a defesa de seus direitos e interesses, o que contribuiu centralmente, naquele contexto, para a sua trajetória de constituição enquanto classe potencialmente transformadora da sociedade burguesa, ao tempo em que lançou para essa classe trabalhadora, sob essa perspectiva, inúmeros e complexos desafios, dentre os quais se encontram os que identificamos.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BADARÓ, Marcelo. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando *et al.* (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991. v. 3.

FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.

FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994.

FREDERICO, Celso. O presente como história. In: IASI, Mauro Luís; COUTINHO, Eduardo Granja. *Ecoss do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. A questão judaica. [1843]. In: MARX, Karl. *Manuscrítos Económico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a ideia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Educ-PUC-SP, São Paulo: Unitrabalho, 1999, v. 1, p. 133-162.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980/1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 4, p. 283-313.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

A coletânea organizada por Reginaldo Ghiraldelli reúne capítulos que são resultado de pesquisas de integrantes do Trasso (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social). Abrange temas importantes, como as questões relacionadas ao trabalho e aos direitos sociais, especialmente neste momento histórico, caracterizado por um clima de obscurantismo e de subtração do compromisso do Estado com o sistema de proteção social.

Os capítulos abordam diferentes aspectos da realidade, com destaque para a situação do mundo do trabalho e a realização dos direitos sociais. Dentre os temas estudados, analisam-se a configuração do trabalho no contexto de reformas, o sindicalismo, a problemática do trabalho temporário, a participação social na política de saúde do trabalhador, a necessária efetivação de uma política de educação permanente para trabalhadores da assistência social, as expressões do trabalho precário na assistência social, as condições de trabalho e as intervenções profissionais de assistentes sociais na área da saúde.

Trata-se de uma obra cuidadosa, que explora diversas questões com olhar crítico e abordagem científica, voltada para pesquisadores e profissionais da área, mas também para todos aqueles que desejam ter uma visão aprofundada dos problemas atuais, em contraste com os *slogans* superficiais e mistificadores da realidade contemporânea.

**Annamaria Campanini**

Docente da Universidade de Milão Bicocca e  
Presidente da Associação Internacional de  
Escolas de Serviço Social (IASSW)

## Foto ao fundo:

Interior do  
Instituto de  
Química/UnB.  
Por Luiz Felipe  
Barcelos.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-016-9



9 786558 460169